
A produção do conhecimento em Fonoaudiologia, Educação e Psicologia acerca da linguagem e da surdez: análise de periódicos

Ana Cristina Guarinello

Fonoaudióloga, Doutora em Linguística - Universidade Federal do Paraná

Docente do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação - Universidade Tuiuti do Paraná
Universidade Tuiuti do Paraná

Débora Pereira Claudio

Psicóloga pela PUCRS, Mestre em Comunicação Social pela PUCRS

Doutoranda do Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - Universidade
Tuiuti do Paraná

Docente da FAE-Centro Universitário

Priscila Soares Vidal Festa

Pedagoga pela UFPR

Mestre pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação - Universidade
Tuiuti do Paraná

Resumo

A análise da produção do conhecimento no Brasil tem levado diferentes áreas, como a Fonoaudiologia, a Educação e a Psicologia, dentre outras, a realizar um balanço das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em seus campos de estudo. Este estudo tem por objetivo analisar a produção de conhecimento acerca da temática Linguagem e surdez veiculada em periódicos especializados nas áreas da Fonoaudiologia, da Educação e da Psicologia no período de 2003 a 2009. Os aspectos examinados foram a temática especificamente voltada a linguagem e a surdez e como cada área se posiciona a esse respeito. Conclui-se que o conhecimento produzido nessas três áreas é heterogêneo e que existem divergências entre as concepções de surdez. Os pesquisadores da Educação e da Psicologia abordam assuntos semelhantes em relação à Libras como língua dos surdos e os processos educativos e de escolaridade. O tema mais específico encontrado nos periódicos da Educação é a discussão do papel do intérprete de Libras nas instituições educacionais. Já os pesquisadores das áreas Fonoaudiologia e Psicologia possuem pontos em comum como a comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos e o aluno surdo na escola, porém a Fonoaudiologia também aborda os temas escrita e surdez e produção da fala. Portanto, essa análise demonstrou que cada vez mais as três áreas estão se relacionando melhor entre si pela proximidade de seu objeto de estudo: o sujeito surdo. Apesar disso, percebe-se que as discussões giram em torno da língua utilizada pelo sujeito surdo e com o sujeito surdo, sendo as discussões a respeito da linguagem e de sua importância para a formação desses sujeitos ainda incipientes.

Palavras-chave: produção do conhecimento, linguagem, surdez.

Abstract

Knowledge production analysis in Brazil makes different areas such as Speech Language Therapy, Education and Psychology, to realize a balance about researches developed in these Fields. This study aims to analyze knowledge production about language and deafness published in specialized periodic in Speech Language Therapy, Education and Psychology areas from 2003 to 2009. Analyzes aspects were the themes language and deafness and how each area talks about it. We conclude that knowledge produced in these three areas is heterogeneous and there are differences between deafness conceptions. Researches from Psychology and Education used to discuss the Libras as the deaf language and the educative and school process. In the Education area we found the discussion about the role of the sign language interpreter and his work in educational institutions. In the Speech Language Therapy and Psychology areas we found the discussion about communication between hearing parents and deaf children at school, although, Speech Language Therapists also discuss the written and speech production. This analyze demonstrates that these three areas have a lot in common, as the deaf person. Besides that, the discussions are about the language (sign language or oral language) used by deaf people and with deaf people, the discussions about language and its importance for deaf people formation are still incipient.

Keywords: knowledge production, language, deafness.

Introdução

A análise da produção do conhecimento no Brasil tem levado diferentes áreas, como a educação, a fonoaudiologia e a psicologia, dentre outras, a realizar um balanço das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em seus campos de estudo, uma vez que tal análise é fundamental no processo de construção da memória e do aperfeiçoamento do conhecimento. Essa análise é fundamental para que possamos avaliar a qualidade do conhecimento em determinados campos, a fim de aumentar os recursos que incentivam a pesquisa e a produção científica em nosso país (Campanatti-Ostiz, Andrade e Barbosa, 2003).

Nesse contexto, os periódicos constituem-se em espaço aglutinador do conhecimento científico produzido; pois são os veículos de maior visibilidade, e apresentam-se indexados em bases de dados representativas de diferentes áreas de conhecimento; são instrumentos dinâmicos na veiculação de tal conhecimento; participam da definição e da

sistematização de critérios referentes aos aspectos estruturais, metodológicos e de mérito que norteiam o perfil da produção bibliográfica.

Nesse sentido, destaca-se a importância de estudos que enfoquem a produção do conhecimento divulgada em periódicos, tendo em vista o papel fundamental que esses instrumentos exercem na ampliação e consolidação das áreas em relação às suas atividades de socialização e de veiculação da pesquisa.

Assim, torna-se relevante analisar a produção do conhecimento acerca da linguagem e da surdez e como esses temas vem sendo pensados nas áreas da Fonoaudiologia, da Educação e da Psicologia.

Ressalta-se que tradicionalmente, as questões da linguagem dos surdos têm sido tratadas em termos de habilidades de comunicação expressiva e receptiva. A surdez durante muitos anos foi concebida apenas como uma privação da audição, sendo esse impedimento de acesso aos sons da fala responsável pelas dificuldades de aquisição da linguagem. A linguagem nesta concepção fica limitada à fala, e o sujeito surdo tem problemas para adquiri-la apenas porque não escuta. Desta forma, todo o entendimento sobre o processo de aquisição de linguagem e o papel do outro em relação ao desenvolvimento lingüístico da criança ficam reduzidos à aquisição sistemática da fala (Guarinello, 2007).

Nos últimos cem anos, a educação dos surdos baseou-se na aquisição da fala, como primeiro requisito para integrar o surdo à sociedade ouvinte. De acordo com Sanchez, pesquisador venezuelano da área da surdez, “a educação dos surdos, sempre nas mãos dos ouvintes, manteve quase que invariavelmente um sentido de ‘reabilitação’, de oferecer aos educandos a possibilidade de superar sua limitação auditiva, para agir como ouvintes e com ouvintes, e dessa forma ‘integrar-se’ como se fossem ouvintes, na sociedade dos ouvintes” (Sanchez, 1999, p.35).

Essa posição caracteriza uma concepção clínico-terapêutica de surdez. Para Skliar (1997), medicalizar a surdez significa tentar curar o problema auditivo, corrigir os defeitos da fala, treinar certas habilidades, como a leitura labial e a articulação, sem fazer uso significativo da língua de sinais, argumentando que ela pode impedir o desenvolvimento da linguagem oral. Assim, a concepção clínico-terapêutica de surdez supõe que é possível ensinar a linguagem, sustentando a *ideia* de dependência entre a eficácia oral e o desenvolvimento cognitivo.

Nessa concepção, o corpo deficitário necessita ser tratado e corrigido, pois neste há falta de algo, a finalidade é a normalização. “A ciência, no desejo de produzir conhecimentos capazes de explicar o desconhecido, inventou a surdez através dos níveis de perdas auditivas, das

lesões no tímpano, dos fatores hereditários e adquiridos”. (Lopes, 2007, p.8). Portanto, nessa concepção, a pessoa com surdez é chamada de deficiente auditiva, pois essa nomenclatura refere-se diretamente à falta da audição, ou seja, de um corpo não completo.

Essa concepção produziu verdadeiras privações sociais, emocionais e psicológicas na vida das pessoas surdas, uma vez que propunha que somente através da fala é que as crianças surdas poderiam se tornar cidadãs numa sociedade ouvinte. As práticas da educação dos surdos passaram a ser voltadas apenas para aspectos terapêuticos, e o objetivo do currículo escolar era dar ao surdo exatamente o que lhe faltava, ou seja, a audição e a fala. Deste modo, as escolas eram clínicas e os alunos, pacientes.

O oralismo dominou em todo o mundo até a década de 1960. Em 1960, William Stokoe, um lingüista americano da Universidade Gallaudet, publicou o artigo: “Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication System of the American Deaf” (“A estrutura da língua de sinais: o perfil de um sistema de comunicação visual dos surdos americanos”), demonstrando que a Língua de Sinais Americana (ASL) era uma língua com todas as características das línguas orais. A partir dessa publicação surgiram vários estudos e pesquisas sobre as línguas de sinais e sua aplicação na educação das crianças surdas.

Nessa mesma época, segundo Sanchez (1990), principalmente nos Estados Unidos, e em menor grau no resto do mundo, iniciou-se um grande movimento, pelo qual as diferentes minorias reivindicavam o direito a uma cultura própria, a ser diferente, e denunciavam a discriminação a que eram submetidas. Esse movimento iniciou-se com as minorias étnicas, como os negros, índios e latinos e se estendeu às pessoas com necessidades especiais; assim, os surdos puderam encontrar um caminho para que suas vozes fossem ouvidas, ou seja, para que as pessoas pudessem “ouvir” os gestos.

A partir desse movimento os surdos passaram a ser considerados como membros de uma comunidade minoritária que usa um idioma próprio, ou seja, a língua de sinais. A partir daí, eles passaram a reivindicar o direito de usar a língua de sinais como primeira língua e de aprender a língua majoritária como segunda língua (Sanchez, 1990). Surge, então, a opção de uma abordagem bilíngüe para os surdos, caracterizada pelo uso da língua de sinais da comunidade surda e pela língua da comunidade majoritária em momentos diferentes. A partir dos anos 80 e 90, a proposta passou a angariar cada vez mais adeptos em alguns países do mundo, principalmente na Escandinávia, em alguns países da Europa e da América Latina. Essa abordagem tem como pressuposto básico que o surdo deve adquirir

como primeira língua a língua de sinais, considerada sua língua natural, e como segunda língua a língua oficial de seu país. A adoção do bilingüismo é compatível com a concepção sócio-antropológica de sujeito surdo e da surdez (Skliar, 1997).

A concepção sócio-antropológica sustenta que os surdos formam uma comunidade lingüística minoritária, que utiliza e compartilha uma língua de sinais, valores, hábitos culturais e modos de socialização próprios. A comunidade surda, então, é aquela que utiliza a língua de sinais, possui identidade própria e se reconhece como diferente. A surdez passa, assim, a ser vista como diferença e não deficiência.

Segundo Skliar (1997), dois fatores são relevantes para essa concepção de surdez. O primeiro leva em conta que os surdos formam comunidades que utilizam a língua de sinais, e o segundo defende que os filhos surdos de pais surdos apresentam melhor desempenho acadêmico e mais habilidade para aprender a linguagem oral e escrita (Skliar, 1997). A pessoa com surdez nessa concepção é conhecida como surda, pois estar incutido nessa nomenclatura uma visão antropológica de um grupo definido.

Skliar refere que “a experiência prévia com uma língua contribui para aquisição da segunda língua,

dando à criança as ferramentas heurísticas necessárias para a busca e a organização dos dados lingüísticos e o conhecimento, tanto geral como específico, da linguagem” (Skliar, 1997, p.145). Assim, para o autor, para que a criança tenha essas experiências é indispensável a presença de adultos surdos e da língua de sinais em seu cotidiano, principalmente na escola para garantir uma educação eficiente.

De qualquer forma, toda criança necessita de um ambiente lingüístico adequado, no qual possa desenvolver sua língua naturalmente. Essas condições ocorrem normalmente em famílias ouvintes, porém para os surdos filhos de pais ouvintes desenvolverem a língua de sinais, eles precisam interagir com pessoas que utilizem essa língua.

Percebe-se que as concepções de surdez e da pessoa surda passaram por algumas mudanças durante sua história, desde o modelo clínico médico da surdez, que considera o surdo como um ser incapaz e “doente”, até o modelo que considera o surdo como pertencendo a uma comunidade lingüística minoritária, que usa a língua de sinais.¹ Esse “novo olhar”, que considera o surdo como diferente e valoriza sua capacidade de desenvolvimento, amplia as possibilidades de adoção de outras alternativas pedagógicas e práticas

¹ Cabe ressaltar que, em 24 de abril de 2002, foi sancionada a Lei n.º 10.436, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Esta lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão utilizado pelas pessoas surdas do Brasil.

fonoaudiológicas voltadas para o trabalho com os surdos. Assim, ao adquirir a linguagem a criança surda será capaz de produzir bem mais do que apenas a fala, mas de utilizar a língua enquanto trabalho, já que com a linguagem não apenas representamos o real e produzimos sentidos, mas representamos a própria linguagem enquanto reflexividade (Santana, 2005).

Devido à relevância do tema, este estudo tem por objetivo analisar parte da produção de conhecimento acerca da temática Linguagem e surdez veiculada em periódicos especializados nas áreas da Fonoaudiologia, da Educação e da Psicologia editados no período de 2003 a 2009. O aspecto examinado foi a temática especificamente voltada a linguagem e a surdez.

Método

A presente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Tuiuti do Paraná e está vinculada ao Núcleo de Pesquisa Linguagem, Surdez e Educação que faz parte do Programa de Mestrado e Doutorado em Distúrbios da Comunicação da referida universidade. Foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Tuiuti do Paraná sob o protocolo número 074/2006. O procedimento metodológico consiste em analisar publicações a respeito da surdez e da linguagem nas seguintes áreas: Educação, Fonoaudiologia, e Psicologia. A escolha das

revistas de circulação nacional baseou-se no critério de avaliação da Capes A ou B.

Foram analisados quatro periódicos de cada área. Dentre os periódicos da Fonoaudiologia analisamos a Revista CEFAC (CEFAC), Revista de Distúrbios da Comunicação (DIC), Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa); Revista de atualização científica (Pró-Fono); na Psicologia analisaram-se os seguintes periódicos: Revista Psicologia: Reflexão e crítica, Psicologia e Sociedade, Psicologia em Estudo, Psicologia: Teoria e Pesquisa e dentre os periódicos da Educação foram analisadas a Revista Brasileira de Educação Especial, Caderno Cedes, Educação e Sociedade e Educação Temática Digital.

O procedimento da coleta de dados ocorreu a partir da identificação do volume, ano e número das edições no período de 2003 a 2009. Após essa etapa procedeu-se a seleção dos artigos acerca da Linguagem e surdez, bem como o mapeamento das características de cada artigo. Após tal procedimento, realizou-se uma síntese de cada artigo, contendo objetivos, resultados e conclusão.

1 - Para esse trabalho foram consideradas as sub-áreas: língua de sinais, linguagem oral e linguagem escrita. Essa classificação permite respostas múltiplas.

Este artigo se caracteriza de modalidade bibliográfica, em abordagem qualitativa realizado no ano de 2010.

Análise dos dados

Na Tabela 1 encontra-se um panorama sobre as produções de revistas na área de Educação, Psicologia e Fonoaudiologia que trazem em seus artigos a relação “surdez e linguagem”. Foram analisados periódicos de 2003 a 2009.

Na área de Educação, 27 artigos que tratam sobre esse tema foram encontrados a partir dos seguintes periódicos: Revista Educação e Sociedade, publicou um total de 2 artigos relacionados à surdez e linguagem somente entre os anos 2005 e 2006. Ressalta-se que a revista produziu desde sua primeira edição em 1997, 634 artigos.

TABELA 1 – Número de artigos produzidos sobre surdez e linguagem, nos periódicos, entre 2003 - 2009

PERIÓDICOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Caderno Cedes	-	-	-	4	-	-	-
Educação e Sociedade	-	-	1	1	-	-	-
ETD	-	-	-	8	1	-	-
Rev. Bras. Educ. Espec.	-	-	-	3	2	3	4
Reflexão e Crítica	-	-	-	1	-	1	-
Psicologia e Sociedade	-	-	-	-	-	-	-
Psicologia em estudo	-	-	-	-	-	1	-
Teoria e Pesquisa	1	-	-	-	1	-	-
Pró- Fono	-	-	-	-	2	-	-
CEFAC	-	-	-	-	-	-	-
SBFa	-	-	-	-	-	3	-
DIC	-	2	2	-	4	-	-
TOTAL	1	2	3	17	10	8	4

A Revista Educação Temática Digital (ETD) produziu cerca de 234 artigos desde sua primeira edição em 1999, sendo 9 artigos sobre surdez e linguagem foram publicados a partir de 2006. Na Revista Caderno Cedes foram publicados cerca de 203 artigos publicados desde sua primeira edição em 1997, sendo 4 artigos relativos a surdez e a linguagem. A Revista Brasileira de Educação Especial, desde 2005, publicou 126 artigos sendo destes 12 artigos se referem à surdez e linguagem.

A pequena incidência de artigos na área da Educação que tratam sobre a temática linguagem e surdez talvez se deva ao fato de que somente em 2002 a lei no. 10.436, reconheceu a Libras (Língua Brasileira de Sinais) em âmbito nacional como meio de comunicação e expressão e um sistema linguístico proveniente das comunidades surdas brasileiras. Portanto, a partir desse ano os questionamentos e problematizações a respeito da surdez começam a ter mais embasamentos e pesquisas. Depois disso, em 2004, o decreto de lei no. 5.296, referente à acessibilidade, novamente chama atenção para a necessidade de haver intérpretes de Libras para ao atendimento de deficientes auditivos culminando, em Dezembro de 2005, para o decreto no. 5.626 que regulamenta a lei de Libras e garante algumas conquistas para os surdos, como a presença do intérprete e da inclusão da disciplina de Libras

nos currículos de cursos do Ensino Superior. Chama atenção o fato da lei que regulamenta a Libras utilizar a nomenclatura deficiente auditivo, a qual remete à concepção médica – clínica de surdez, apesar de tratar do interesse próprio da comunidade surda para legalizar a língua de sinais no Brasil.

Assim, durante o período de 2002 a 2005, a legislação modificou-se em virtude dos surdos, e fomentou novas discussões sobre a surdez nos anos seguintes, principalmente na área educacional.

Na área da Fonoaudiologia, a Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, produziu, conforme artigos disponíveis no Scielo, no período de 2006 a 2009, 192 artigos, dos quais apenas 3 se referem à linguagem e surdez; a Revista Distúrbios da Comunicação, de 2003 a 2009, totalizou em sua produção 210 artigos, sendo que 8 são sobre esse tema; a Revista Pró-Fono, nos anos de 2003 a 2009, produziu 204 artigos, desses 2 são sobre surdez e linguagem; e a Revista CEFAC, de 2003 a 2009, totalizou 482 artigos e nenhum sobre linguagem e surdez.

Em Psicologia, a Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, de 2003 a 2009, produziu 407 artigos e somente 2 artigos desse total tratam desse tema; na Revista Psicologia em Estudo, 505 artigos foram produzidos no período de 2003 a 2009, desses foi encontrado apenas 1 artigo sobre surdez e linguagem,

e por fim, a Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, com 415 artigos produzidos de 2003 a 2009, com 2 artigos visando o tema linguagem e surdez. Na Revista Psicologia e Sociedade não foram encontrados artigos sobre a temática pesquisada.

A Tabela 2 explicita as concepções de surdez encontradas nos artigos. Ressalta-se que cada concepção traz consigo análises subjetivas a respeito da surdez e da relação do surdo com a linguagem, ou seja, a concepção sócio-antropológica considera o surdo como sujeito, dotado de língua e capacidade de comunicação, e marca a surdez como diferença cultural, já a concepção médico-clínica, marca o surdo como um deficiente que necessita da cura da audição.

Verificando os artigos por área, na Educação, 23 artigos (85%) percebem a surdez na concepção sócio-antropológica, na Fonoaudiologia, há mais diversidade de conceitos sobre a surdez. Dos 13 artigos em Fonoaudiologia, 8 (62%) identificam a surdez na concepção sócio-antropológica, porém em 3 artigos (23%) percebe-se a concepção médico-clínica,

na qual o sujeito analisado é chamado de deficiente auditivo e percebido como um sujeito com perda auditiva necessitando de atendimentos médicos para minimizar a deficiência orgânica. Dois artigos (15%) não identificam a concepção que seguem.

Esses dados estão de acordo com a história da Fonoaudiologia, ou seja, quando os primeiros cursos de fonoaudiologia surgiram no Brasil, por volta dos anos 60, os fonoaudiólogos assumiram essa perspectiva da aquisição da fala, tendo como principal objetivo a reabilitação da criança surda. Essa ideia decorre da influência forte da concepção clínico-terapêutica da surdez, na qual a língua de sinais é negada, e a linguagem pode ser ensinada por meio da correção dos defeitos da fala e do treino de habilidades como a articulação e a leitura labial.

Já nas revistas da Psicologia, os 5 artigos (100%) encontrados concebem a surdez numa visão sócio – antropológica. Esses dados demonstram que as discussões sobre a surdez ainda apresentam diferentes conceitos nessas áreas.

TABELA 2 – Análise das concepções de surdez presentes nos artigos

AREAS	Sócio-antropológica	Médico-clínica	Sem identificação
Educação	23	4	0
Fonoaudiologia	8	3	2
Psicologia	5	0	0

Na Tabela 3 pode-se confirmar essa diversidade de conceitos, pois cada área do conhecimento utiliza-se de nomenclaturas distintas para denominar a pessoa com surdez. Isso posto, na Educação observa-se que a nomenclatura surdo aparece em 23 artigos (85%) e apenas 3 artigos (11%) utilizam-se do termo deficiente auditivo e em 1 artigo (4%) o termo deficiente auditivo/surdo é utilizado de maneira equivalente.

Na Fonoaudiologia, 10 artigos (77%) utilizam a nomenclatura surdo, um (8%) utiliza a nomenclatura deficiente auditivo e dois (15%) utilizam a nomenclatura deficiente auditivo/surdo. Na Psicologia, nos 5 artigos (100%) encontramos a nomenclatura surdo.

De acordo com Santana (2007), a surdez envolve vários aspectos, por possuir mais especificidades do que outras deficiências. Pode-se analisar a surdez pela ordem médica (referente à etiologia e diagnóstico); ordem linguística (ao considerar a língua oral ou língua de sinais); ordem educacional (ao pensar sobre abordagens específicas para o surdo); ordem terapêutica (relacionadas

à área de Fonoaudiologia); ordem social (na dificuldade de interação entre ouvintes e comunidade surda); ordem trabalhista (cotas em empresas); ordem política (luta pelos direitos dos surdos). Porém cada uma destas ordens tem seu embasamento nas concepções sobre a surdez, pois esta influenciará no tratamento com o surdo além de sua visão sobre a surdez em si e o sujeito surdo. Lopes (2007) define as concepções de surdez em duas principais linhas: de sujeitos surdos analisados do ponto de vista cultural, antropológico e de diferença cultural marcados pelo uso da língua de sinais como princípio não somente cultural, mas também linguístico. Essa concepção denomina-se sócio-antropológica, por ter base nas discussões antropológicas e culturalistas sobre o sujeito surdo. Ainda sobre a surdez, afirma que “não há nada do que possamos afirmar sobre a surdez que não esteja alojado dentro de campos de sentidos produzidos culturalmente”. (Lopes, 2007, p.7). A pessoa com surdez nessa concepção é conhecida como surda, por estar inculcido nessa nomenclatura uma visão antropológica

TABELA 3 – Nomenclatura utilizada nos artigos

	Deficiente Auditivo	Surdo	Deficiente Auditivo/ Surdo
Educação	1	23	3
Fonoaudiologia	1	10	2
Psicologia	0	5	0

de um grupo definido. Portanto, a pessoa é denominada como surda.

Outra linha é a concepção de caráter médico – clínica, em que o sujeito é visto com a surdez, portanto, deficiente por privação da audição. Nessa concepção, o corpo deficitário necessita ser tratado e corrigido, pois neste há falta de algo, a finalidade é a normalização. “A ciência, no desejo de produzir conhecimentos capazes de explicar o desconhecido, inventou a surdez através dos níveis de perdas auditivas, das lesões no tímpano, dos fatores hereditários e adquiridos”. (Lopes, 2007, p.8). Portanto, nessa concepção, a pessoa com surdez é chamada de deficiente auditiva, pois essa nomenclatura refere-se diretamente à falta da audição, ou seja, de um corpo não completo. Nessas duas linhas, há considerações importantes produzidas culturalmente.

Isso posto, a nomenclatura utilizada direciona o olhar para qual concepção de surdez está sendo considerada, pois ao se referir ao surdo, uma visão antropológica do sujeito está incutida nessa nomenclatura, assim como o termo deficiente auditivo, que remete à deficiência desse sujeito. Como os dados expostos acima, em alguns artigos foram encontrados o termo surdo/deficiente auditivo, que denota falta de clareza nas concepções sobre a surdez e suas nomenclaturas referentes.

Com relação aos temas recorrentes sobre linguagem e surdez, na Educação percebe-se uma tendência a discussão a respeito da inclusão de alunos surdos nas escolas regulares e seu acesso ao Ensino Superior, ou seja, o processo de inclusão e suas especificidades relacionadas ao aluno surdo, além disso, também foram encontrados artigos a respeito da função do intérprete de Libras no ambiente escolar, da Libras como primeira língua do surdo e considerações sobre cultura e literatura surda. De acordo com os temas, pode-se identificar a presença da concepção sócio-antropológica, analisando o surdo como um sujeito dotado de língua e capaz de comunicar-se por meio da Libras e suas subjetividades. Na Fonoaudiologia, algumas pesquisas têm como foco a escrita do sujeito surdo, refletindo sobre a questão da escolaridade que emerge com a inclusão educacional e a preocupação da presença desses sujeitos em uma sociedade letrada, seguido em menor número por outros temas tais como, a produção da fala, a língua de sinais e as modalidades de comunicação entre pais e filhos surdos.

Já na Psicologia os temas foram mais diversificados, como o estatuto simbólico dos gestos, a relação entre pensamento e linguagem, relação entre pais ouvintes e filhos surdos e o aluno surdo na inclusão.

Apesar das três áreas discutirem a surdez e a linguagem, percebe-se nos artigos analisados que é

raro uma discussão que se refere à linguagem enquanto atividade discursiva, dinâmica, não restrita apenas ao código linguístico, mas como amplitude subjetiva, que abrange a formação constitutiva do sujeito e seu olhar para posicionar-se no mundo (Faraco, 2009).

No caso específico dos surdos, a linguagem tem papel fundamental na constituição do seu ser, pois é por meio de sua aquisição que esse sujeito irá reconhecer seu papel no mundo e posicionar-se de acordo com sua individualidade, isso posto, sem a linguagem, o surdo permanece indiferente, pois não tem a oportunidade de existir perante si como sujeito único e se posicionar mediante os fatos e discursos que circulam no sistema. Para Faraco (2009, p.20) “incomoda-lhe a ideia de sistema em que não há espaço para o individual, o singular, o irrepitível, o evêntico”. Assim, com a linguagem, a surdez pode ter seu foco não mais na questão orgânica em que a falta de algo lhe deixa incapaz perante a sociedade, mas ser focada na questão dos relacionamentos, na subjetividade desse sujeito dotado e constituído por linguagem.

Alguns discursos da sociedade sobre linguagem a concebem como algo pronto, estático, sem interação. Essa é uma visão restrita, pois não abrange toda a potencialidade do desenvolvimento da linguagem e suas implicações no ser humano. No caso da surdez,

isso é percebido na visão que a família possui sobre este sujeito, porque no momento em que se descobre a surdez, a preocupação primordial é deslocada da constituição de um ser para a apropriação de uma maneira de realizar a língua. Desse modo, não se percebe a importância no que a criança surda diz (oralmente ou pela língua de sinais), mas se valoriza como a criança surda diz. O que é verificado nesse momento é a aquisição do código (emissão de palavras e frases), mas não o conceito por trás desse código. É assim que o surdo sujeito da linguagem dá lugar ao surdo repetidor de informações.

Se compreendermos a língua apenas como código, corre-se o risco de sermos reducionistas em relação à sua função na constituição do sujeito. Em relação à surdez, o foco na língua gera algumas questões como a valorização da boa articulação de palavras e frases, a escolha do uso da Língua Portuguesa ou língua de sinais e a possibilidade de ter um filho que fale. Porém, se a linguagem receber um olhar constitutivo, outras questões aparecerão: o reconhecimento da subjetividade desse sujeito, a importância da qualidade das trocas interacionais, que tipo de relacionamentos constrói, a organização do discurso deste pelo outro e suas reais possibilidades na linguagem.

A valorização da questão biológica em detrimento da questão subjetiva é uma temática constantemente

presente nos discursos da sociedade. Sacks (1999, p.11) desenvolve a ideia de que:

O estudo dos surdos mostra-nos que boa parte do que é distintivamente humano em nós – nossas capacidades de linguagem, pensamento, comunicação e cultura – não se desenvolve de maneira automática, não se compõe apenas de funções biológicas, mas também tem origem social e histórica; essas capacidades são um presente – o mais maravilhosos dos presentes – de uma geração para outra, Percebemos que a cultura é tão importante quanto a natureza.

Sob essa linha de raciocínio, vale ressaltar que, para Sacks (1999), a linguagem é mais do que meramente o acúmulo de palavras (sua dicção ou pronúncia), mas a língua, enfatizando que a pessoa sem a fala está desprovida de linguagem (aqui se referindo ao acesso à língua, tanto de sinais quanto oral) e vive uma incapacidade de propositonar, refletir e pensar.

Diante disso, percebe-se que a maioria dos artigos pesquisados volta-se apenas para questões que concernem à língua, seja esta a Libras ou o português, porém a questão que se coloca não é qual a língua, mas se há linguagem, para que não ocorra uma condição de virtualmente sem linguagem. Pois, “o surdo sem linguagem pode de fato ser como um imbecil, de uma forma particularmente cruel, na medida em que a inteligência, embora presente e talvez abundante,

permanece bloqueada por tanto tempo quanto durar a ausência de linguagem” (Sacks, 1999, p. 35).

Portanto, percebemos que a língua é importante, porém não pode ser ocupar o lugar do sujeito, não deve ser visto “como um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas como uma realidade axiologicamente saturada, não como um ente gramatical homogêneo, mas como um fenômeno sempre estratificado” (Faraco, 2009, p.56). Nessa compreensão, nossa visão da língua modifica-se de científica para primordialmente filosófica.

Considerações Finais

Embora a pesquisa demonstre que a produção nas áreas da Educação, da Fonoaudiologia e da Psicologia a respeito da linguagem e da surdez ainda seja incipiente, percebe-se que, depois da lei no. 10.436/02 foram feitos mais estudos a respeito dessa temática, tendo seu ápice de pesquisas entre anos de 2006 e 2007. As discussões trazidas pelas áreas de conhecimento analisadas nesse trabalho, a saber, Educação, Psicologia e Fonoaudiologia refletem que a temática da surdez e linguagem apresenta mais pontos em comum que divergências.

A maior tendência em todas as áreas é a concepção sócio-antropológica, a qual considera o sujeito surdo não apenas um deficiente, mas diferente. Um sujeito

cultural que pertence a uma sociedade e que possui língua própria, uma cultura. Percebeu-se também que a maioria dos artigos já se utiliza da nomenclatura surdo em detrimento de deficiente auditivo.

Os pesquisadores da Educação e Psicologia trazem assuntos semelhantes em relação a Libras como língua do surdo. Também se aproximam ao refletirem sobre processos educativos e escolaridade. O tema mais específico atribuído à Educação encontra-se na discussão do papel, ou os papéis, do intérprete de Libras nas instituições educacionais.

Os pesquisadores da Fonoaudiologia e Psicologia possuem pontos em comum como: a relação e comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos, e o

aluno surdo na escola. Porém, a Fonoaudiologia traz o assunto da escrita do sujeito surdo e da produção da fala, não abordado pelas outras duas áreas. Especificamente sobre a relação linguagem e surdez, a Psicologia coloca um enfoque sobre a língua de sinais como a possibilitadora dessa relação.

Portanto, essa análise demonstrou que cada vez mais as três áreas estão se relacionando melhor entre si pela proximidade de seu objeto de estudo: o sujeito surdo. Apesar disso, percebe-se que as discussões giram em torno da língua utilizada pelo sujeito surdo e com o sujeito surdo, sendo as discussões a respeito da linguagem e de sua importância para a formação desses sujeitos ainda incipientes.

Referências

- CAMPANATTI-OSTIZ, H., ANDRADE, CRF., BARBOSA, MA. Considerações teóricas sobre a escolha de descritores na área da Fonoaudiologia. *Pró-Fono*, 15(2): 211-218, 2003.
- FARACO, C.A. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GUARINELLO, A.C. *O papel do outro na escrita de sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.
- LOPES, M.C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SACKS, O. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANCHEZ, C. M. *La increíble y triste historia de la sordera*. Caracas: CEPROSORD, 1990.
- SANCHEZ, C. M. La lengua escrita: ese esquivo objeto de la pedagogía para sordos y oyentes. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999. v.2.
- SANTANA, A.P. O processo de aquisição da linguagem: estudo comparativo de duas crianças usuárias de implante coclear. *Distúrbios da Comunicação*, 17(2): 233-243, 2005.
- SANTANA, A.P. *Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.
- SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão-Abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

Ilustrações

TABELA 1 – Número de artigos produzidos sobre surdez e linguagem, nos periódicos, entre 2003 - 2009

PERIÓDICOS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Caderno Cedes	-	-	-	4	-	-	-
Educação e Sociedade	-	-	1	1	-	-	-
ETD	-	-	-	8	1	-	-
Rev. Bras. Educ. Espec.	-	-	-	3	2	3	4
Reflexão e Crítica	-	-	-	1	-	1	-
Psicologia e Sociedade	-	-	-	-	-	-	-
Psicologia em estudo	-	-	-	-	-	1	-
Teoria e Pesquisa	1	-	-	-	1	-	-
Pró- Fono	-	-	-	-	2	-	-
CEFAC	-	-	-	-	-	-	-
SBFa	-	-	-	-	-	3	-
DIC	-	2	2	-	4	-	-
TOTAL	1	2	3	17	10	8	4

TABELA 2 – Análise das concepções de surdez presentes nos artigos

Áreas	Sócio-antropológica	Médico –clínica	Sem identificação
Educação	23	4	0
Fonoaudiologia	8	3	2
Psicologia	5	0	0

TABELA 3 – Nomenclatura utilizada nos artigos

	Deficiente Auditivo	Surdo	Deficiente Auditivo/ Surdo
Educação	1	23	3
Fonoaudiologia	1	10	2
Psicologia	0	5	0